



**Relatório.
Contas.
2022**

**Alfândega
do Porto**

3	Cumprir Conselho de Administração
7	Um ano muito positivo numa dinâmica de crescimento Diretor executivo
11	Centro de Congressos
19	Atividade museológica e cultural
29	Infraestruturas
37	Qualidade
41	Recursos Financeiros
48	Contas Demonstrações Financeiras Relatório de Auditoria Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Cumprir

Perante o tempo de retração dos anos 2020 e 2021, escrevemos na introdução ao Orçamento para 2022:

Exige-se ainda mais rigor, maior dedicação e grande disponibilidade para vencer inércias e rapidamente entrar em velocidade de cruzeiro. Sei que posso contar com os meus pares no Conselho de Administração, com os associados e com a equipa de colaboradores, sempre dedicada e motivada.

Por parte do Conselho de Administração garanto espírito de exigência e a vontade de sempre para que consigamos cumprir os objetivos renovados em cada ano.

Com base nos resultados de 2022, podemos concluir que cumprimos o que estava planeado. Conquistámos os objetivos esperados. Nesta perspetiva, é com honra e satisfação que apresentamos à Assembleia Geral o Relatório de 2022.

O sucesso, conseguido, uma só vez tem o seu mérito, mas são muitos a alcançá-lo. O sucesso durante anos consecutivos é muito difícil e são muito poucos os que o alcançam. A Alfândega do Porto tem vindo a consolidar o êxito, ano após ano.

As Organizações, como as Empresas, são organismos vivos que respiram, avançam, param ou recuam ao ritmo dos seres humanos a elas ligadas umbilicalmente. Os que constituímos a nossa

Instituição, independentemente das responsabilidades de cada um, temos sido capazes de manter um ritmo forte que avança na conquista de objetivos e de resultados, cada vez mais exigentes. Foi assim em 2022.

Estamos a criar uma cultura organizacional de sucesso, assente no esforço e dedicação de todos e de cada um, para cumprir o que é determinado. Sim, cumprir, transformando riscos em oportunidades, dificuldades em desafios e problemas em soluções. Sim, cumprir, tendo em conta o que foi conquistado em 2022. Uma conquista positiva que nos deve impelir a ir mais além, já no ano em curso de 2023.

Propomos, por isso, a aprovação do Relatório e Contas de 2022.

Porto, 10 de março de 2023.

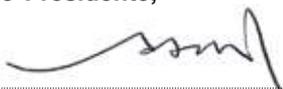
O Conselho de Administração,

Presidente,



Dr. Mário Ferreira

Vice-Presidente,

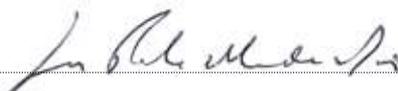


Universidade Católica Portuguesa – Porto,
representada por Prof. Doutor Alberto de Castro

Vogais,



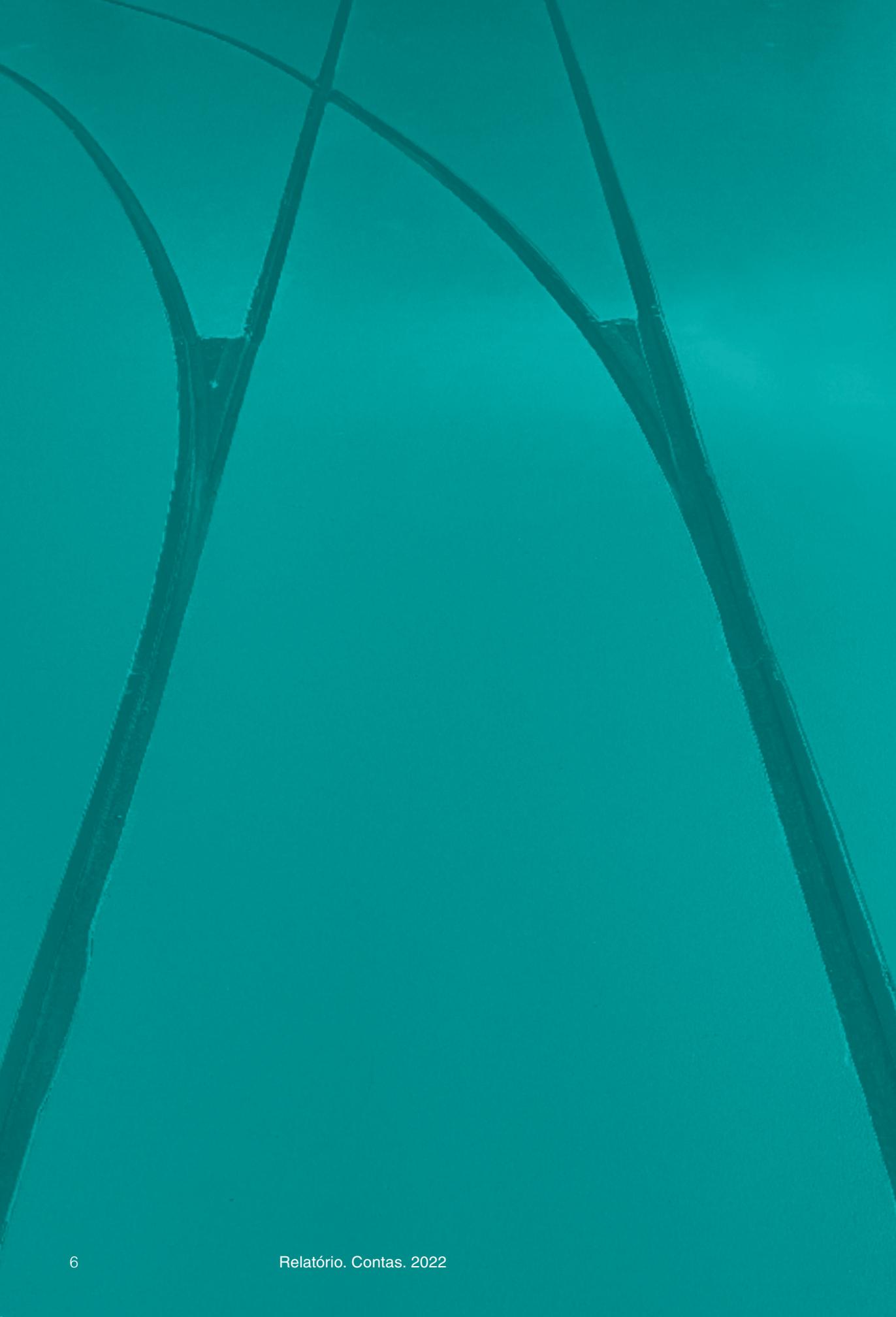
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.,
representada por Doutora Cristina Pimentel



Automóvel Clube de Portugal, representada por Eng. João Mendes Dias



APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.,
representada por Dr.ª Cláudia Soutinho



Um ano muito positivo numa dinâmica de crescimento

A nossa Instituição, em 2022, retomou o ritmo de crescimento que foi interrompido pela pandemia covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Em termos financeiros, aproximou-se dos resultados de 2018 e 2019. Estes, em 2022, entram no grupo dos três melhores de sempre. O quadro seguinte é elucidativo.

	2018	2019	2020	2021	2022
Gastos	1 925 396€	1 685 066€	1 633 866€	1 533 224€	1 538 707€
Rendimentos	2 998 287€	2 776 703€	772 463€	1 435 814€	2 239 059€
Diferenças	+1 072 891€	+1 091 637€	- 861 403€	- 97 410€	+700 352

O impacto socioeconómico da Alfândega do Porto na Região e no País, avaliado no período de 2014-2019, por um estudo da *EY Parthenon*, evidencia um papel de grande relevância em termos sociais, culturais e económicos.

Em termos económicos este estudo conclui que de 2014 a 2019 a nossa Instituição gerou:

- + 297 milhões de euros de produção nacional;
- + 144 milhões de euros de valor acrescentado bruto;
- + 64 milhões de euros em remunerações;
- + 17 milhões de euros em receitas fiscais;
- + 30 milhões de euros de contributo para a balança comercial nacional.

Em termos médios, conclui o estudo que, anualmente, *estas atividades permitem suportar 834 postos de trabalho em equivalente a tempo completo.*

Estes dados foram possíveis pelos resultados extraordinários de 2018 e 2019 que o estudo refere nos termos seguintes:

- + *Apesar de 2018 ter sido o ano em que a AMTC atingiu o pico em termos de faturação, foi em 2019 que a sua atividade mais valor gerou, tanto para a entidade gestora do Edifício da Alfândega do Porto (resultado líquido mais elevado da sua história, como para a economia).*

Esta realidade mostra que a nossa Instituição, como salienta o estudo em causa, *tem uma situação económico-financeira bastante robusta*, em resultado da gestão do Centro de Congressos.

Se os resultados económicos são claros, a dimensão sociocultural do que somos e fazemos nem sempre é mensurável, reconhecida e comunicada. Pensemos no contributo que a Instituição dá para a disseminação da cultura em geral e da cultura em forma de história da Cidade e do País, nomeadamente os Espaços Museológicos, as Exposições e o conjunto de ações com as Escolas.

No ano de 2022 realizaram-se no Edifício da Alfândega mais de duzentos eventos com caráter diverso, alguns ocupando um dia ou parte dele, outros de vários dias e alguns com duração de meses (casos das exposições). Destes salientamos os seguintes, por ordem cronológica da sua realização:

- + Exposição Porto Legends;
- + Indústria Farmacêutica;
- + Exposição de Dinossauros;
- + Exposição Banksy “Genius or Vandal”;
- + Atividade do Parlamento Europeu;
- + Congresso Internacional Cinder;
- + 9º Encontro VIH Ambulatório – Eurocongressos;
- + Congresso Simply Ortho;
- + ESB Congress 2022 – Biomechanics;
- + CNN Summit;
- + Congresso Médico Gastroenterologia;
- + Congresso Internacional IRCOBI 2022;
- + 4ª Edição – Criação Moda Portuguesa;

- + Fórum AMTC & JN;
- + Aniversário da CESP
- + 2ª Conferência Bem-Estar Animal ICNF
- + RH Meeting;
- + XXXIV Fórum Dermatologia;
- + Live Tiles EMEA Summit;
- + Portugal Fashion;
- + Congresso Pediatria Leading;
- + Congresso 130º Aniversário da AICCOPN;
- + ExpoMaratona;
- + Cimeira de Presidentes Liga Portugal.

Pode, assim, concluir-se que passado o período da pandemia covid-19 (anos de 2020 e 2021), o ano de 2022 evidencia que retomamos a dinâmica positiva dos anos de 2018 e 2019.

Dinâmica positiva assente num crescimento sustentado e sólido em termos qualitativos e quantitativos. Crescimento que corresponde ao que tem sido planeado anualmente. O ano de 2022 consistiu no cumprimento do Plano e Orçamento atempadamente elaborados e no respeito pelos objetivos e eixos estratégicos.

Este cumprir deve-se ao papel de acompanhamento e decisão do Conselho de Administração e da liderança ativa do seu Presidente. O conjunto de quadros da Instituição, quer no Centro de Congressos, quer na área Cultural-Museológica têm sido determinantes pela sua competência, trabalho e dedicação.

O ano de 2022, os últimos quatro anos e a história de 31 anos de vida da nossa Instituição provam que grande empresário novo-iorquino, Robert Half tinha razão quando afirmou: *uma empresa não consegue aumentar a sua produtividade. Mas as pessoas conseguem.*

O Diretor Executivo,

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and horizontal strokes, positioned above the name of the signatory.

António Alberto Gouveia Santos



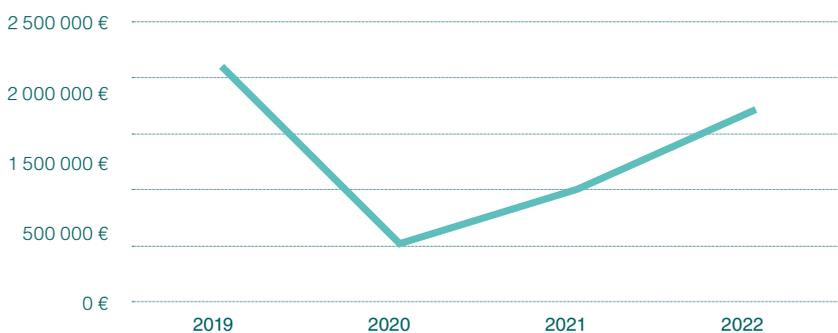
Centro de Congressos

Cedência de espaços

As receitas originadas pela cedência de espaços totalizaram um valor de 1.718.222 €, comparativamente aos 1.000.793 € do ano anterior.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos eventos ao longo dos últimos 4 anos, sendo de realçar o resultado verificado no ano de 2022.

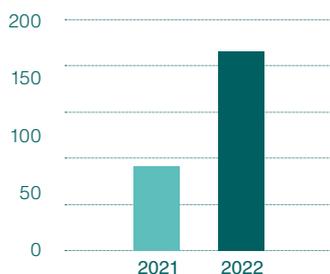
Cedência de espaços 2019-2022



Eventos realizados

Em 2022, o Centro de Congressos da Alfândega do Porto acolheu 172 eventos.

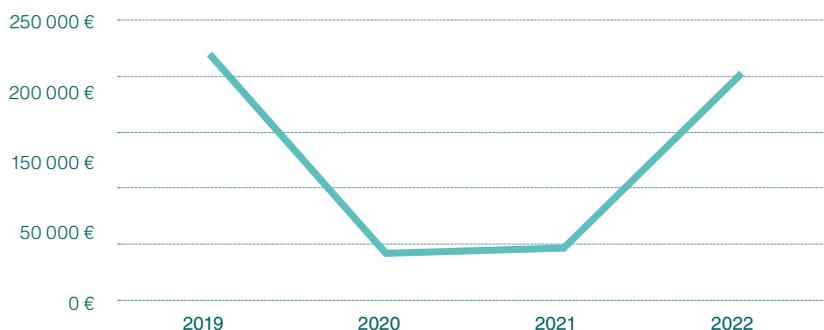
Nº Eventos



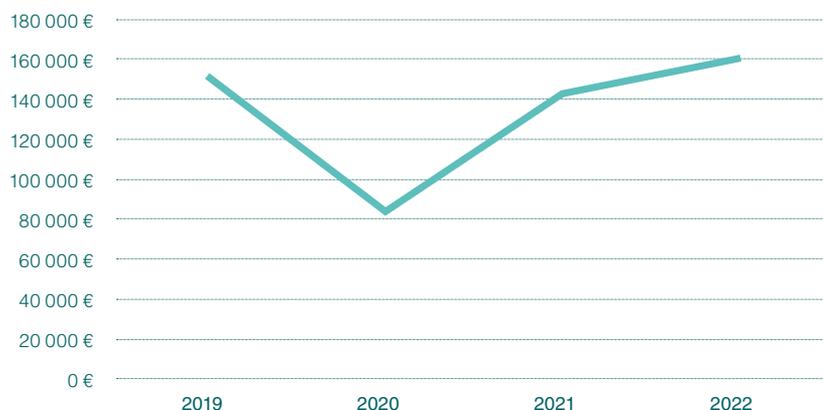
Receita proveniente dos parceiros de catering e audiovisuais

Em termos de comissões de catering e de audiovisuais, obtivemos 188.343 € em 2021 e em 2022 recebemos 364.751 €. Verificou-se um crescimento na ordem do 94% de um ano para o outro.

Receita referente aos parceiros de Catering 2019- 2022



Receita referente aos parceiros de Audiovisuais 2019-2022



Eventos em destaque

Entre os 172 eventos realizados ao longo do ano, destacamos os seguintes:

- + Cimeira dos Presidentes da Liga Portuguesa de Futebol
- + XXVI Edição da Exposição das Camélias no Porto
- + Portugal Fashion
- + Imobinvest
- + Formação Parlamento Europeu
- + TEDxPorto
- + Encontro Anual da Associação Europeia de Juízes
- + Congresso Internacional Cinder
- + Reunião do Council of European Dentists
- + North Music Festival
- + 9º Encontro VIH Ambulatório
- + Portugal Home Week
- + KickOff 2022-23
- + CNN Summit
- + Mostra Nacional Empreendedores
- + Annual Meeting European Ass. For Animal Production
- + Mostra Nacional Ciência
- + Vacation Rental World Summit
- + Congresso Internacional IRCOBI 2022

- + 32nd ESVD Congress
- + Congresso Cardio4all
- + Salão do Automóvel Híbrido e Elétrico
- + Porto Drum Show
- + Congresso Nacional de Pediatria
- + ExpoMaratona
- + Tomorrow Summit
- + Fórum AMTC & JN
- + RH Meeting
- + XXXIV Fórum Dermatologia
- + Feira da Capital do Móvel
- + Prémio da Fundação Manuel António da Mota
- + Exames à Ordem dos Advogados
- + Mercadinho de Natal Lufthansa

IMEX Las Vegas

A convite do Turismo Porto e Norte, o centro de congressos esteve representado na principal feira de turismo de negócios nos EUA, IMEX LAS VEGAS, para apresentar a candidatura da cidade para captação do Congresso Mundial da SITE em 2024. Infelizmente a organização do congresso optou por outro destino, mas a deslocação à feira foi aproveitada para estabelecer vários contactos com agências internacionais.



Eventos âncora

Um dos objetivos contínuos e indispensáveis do centro de congressos é a conservação dos eventos que consideramos “âncora”, eventos que se realizam regularmente nos nossos espaços.

Em 2022 não foi exceção e voltamos a ser o local escolhido para eventos de referência, entre os quais o North Music Festival (festival de música em notório crescimento) e várias feiras, tais como o Salão Automóvel Híbrido e Elétrico, a ExpoMaratona, a Capital do Móvel, a CannaDouro e o Portugal Home Week. Continuamos a ser a escolha para vários eventos nacionais e regionais, tais como as Mostras Nacionais de Ciência e de Jovens Empreendedores, o Fórum de Dermatologia, o RH Meeting, o Portugal Fashion, o TEDxPorto, o NDC Porto, o Jantar de Gala da Confraria de Vinho do Porto e o Porto Réveillon.

Foram ainda acolhidos novos eventos, que já contam com reservas para os próximos anos, e que se perspetivam como novos eventos anuais, tal como o Porto Drum Show, a Feira Mamãs e Bebés, o Fórum Nacional de Seguros, o Built Colab e o Harvest Wine Fest.



Envolvimento com parceiros – promoção do destino

A nossa participação na promoção do destino Porto e Norte não é só um orgulho, mas também uma obrigação. A rede de entidades que se une para vender o destino como local ideal para realização de congressos e eventos é significativa e continuamos a ser a infraestrutura escolhida para várias ações de internacionalização importantes.

Em 2022 fomos o local escolhido para receber o M&I Flagship Forum, que trouxe ao destino de 150 *buyers* MI, a quem tivemos a oportunidade de apresentar o nosso *venue*. Esta ação já resultou em alguns contactos para congressos, um deles já confirmado para novembro de 2023.

Numa perspetiva nacional, apoiamos uma *fam-trip* do hotel “The Lodge”, que trouxe à cidade do Porto 20 agências de organização de eventos. Em conjunto com o cliente “OCUBO” e os parceiros “Palace Catering”, “NEW audiovisuais” e “Imagin’arte”, organizamos um cocktail nas furnas nascente. A ação foi amplamente elogiada pelos participantes.



Congressos internacionais

O ano 2022 foi recheado de congressos internacionais. Recebemos 10 congressos internacionais, dos setores da tecnologia, ciência, saúde e engenharias. Importa referir que estes congressos trouxeram à Alfândega, e à cidade do Porto, milhares de pessoas das mais variadas nacionalidades. Isto representa um retorno financeiro muito interessante para a cidade. O sucesso destes congressos traduz-se nas reservas que já foram efetuadas pelos mesmos organizadores para anos futuros.



Exposições

Nos últimos anos a Alfândega tornou-se num dos mais reconhecidos núcleos culturais da cidade. São milhares de pessoas, nacionais e internacionais, que visitam a Alfândega para visitar as exposições temporárias que aqui passam. O aluguer dos nossos espaços para estas exposições confere ao edifício uma vida que se coaduna e complementa a nossa própria oferta museológica.

Em 2022, acolhemos as exposições “Frida Kahlo – A biografia imersiva”, “Michael Angelo & Da Vinci”, “Banksy: Genius or Vandal?”, “Dinosauria Experience”. As exposições de longa duração, da responsabilidade do cliente OCUBO, “Monet & Klimt” e “Porto Legends” mantêm-se.





Atividade museológica e cultural

Apresentamos uma síntese da atividade desenvolvida pelo Museu ao longo do ano de 2022 durante o qual retomou a regular abertura ao público após dois anos marcados por longos períodos de encerramento devidos às medidas de segurança preconizadas pelo combate à pandemia covid-19.

O reforço da responsabilidade social da AMTC, plasmado na valorização e comunicação do Edifício da Alfândega, continuou a ser fio condutor da dinâmica cultural desenvolvida durante este ano de forma presencial, mas continuando a manter os meios digitais como ferramentas essenciais para informar e cativar públicos.

O aumento dos visitantes, na ordem dos 151% face ao ano anterior, comprova a retoma da atividade e é alvo de maior detalhe no final desta apresentação.

Valorização do Edifício da Alfândega

No âmbito dos apoios disponibilizados pela Direção-Geral do Património, através do programa ProMuseus 2021, para financiamento de projetos apresentados por museus da Rede Portuguesa de Museus que contribuam para apoiar a sustentabilidade do seu funcionamento e captação de públicos em contexto pós-covid-19, o Museu apresentou uma candidatura para a conceção, produção e dinamização de uma exposição itinerante designada “Alfândega: Museu fora de portas” na área 6: Mediação e Educação.



A candidatura mereceu parecer positivo e o valor orçamentado com o projeto, na ordem dos 10.091€, vai contar com um apoio de 60% ao abrigo do ProMuseus. Com a itinerância da exposição por escolas, juntas de freguesia, associações, instituições de saúde, entre muitas outras visamos a promoção da história aduaneira e a memória patrimonial específica da Alfândega do Porto procurando igualmente cativar visitantes para um retorno ao espaço físico do Edifício no período pós-pandemia. Durante 2022 a exposição e as atividades práticas relacionadas com o antigo Despacho Aduaneiro marcaram presença nas seguintes instituições: Universidade Sénior Eugénio de Andrade, Espaço Aprender a Ser e Convívio de Natal (CCD dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto), Lar e Centro de Dia de Santa Cruz do Bispo, IPO do Porto, Centro de Dia e ATL da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos, Jardim de Infância e ATL “O Paraíso” e Centro Social e Paroquial de S. Nicolau – Porto.

No dia 15 de novembro foi apresentado publicamente o livro “Alfândega Nova 1869-2019”, dedicado aos 150 anos da entrada em funcionamento da Alfândega do Porto, no âmbito da conferência “Turismo: a principal indústria mundial” organizada pelo Jornal de Notícias. Neste contexto esta edição passou a ser conhecida pela comunidade que se interessa pela história deste espaço e pela história da cidade do Porto.

Durante o ano manteve-se disponível a todos os visitantes do Edifício a exposição de fotografia e miniaturas automóveis alusivas ao desporto automóvel em Portugal. Deste modo, valorizamos e partilhamos coleções que o Museu tem habitualmente em reserva.

A valorização da história da Alfândega esteve também subjacente à comemoração de várias datas assinaladas com visitas e atividades de acesso gratuito para diversos públicos. Dia Nacional

dos Centros Históricos, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus, Jornadas Europeias do Património foram exemplo disso. No dia 14 de maio, sob o mote do ICOM “O Poder dos Museus”, o Museu celebrou a Noite Europeia dos Museus com a apresentação do espetáculo de circo contemporâneo “E-nxada” pela Companhia Erva Daninha.



O Museu, em estreita colaboração com o Alfa Romeo Clube de Portugal, acolheu três edições dos Encontros Estáticos do Porto organizadas no contexto das comemorações do vigésimo aniversário do referido Clube. Em março, julho e outubro reuniram-se na Alfândega do Porto cerca de duas centenas de aficionados desta marca automóvel os quais tiveram a oportunidade de visitar a exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes” e conhecer a história deste emblemático edifício visitando alguns dos seus espaços.

Não apenas as exposições promovidas pelo Museu mas também a apresentação no Edifício da Alfândega de exposições promovidas por entidades externas comprovam o reconhecimento e valorização deste espaço como um espaço único na cidade e na região Norte, com características ímpares (história, localização, facilidade de acessos, proximidade com Centro Histórico...), onde os visitantes acedem com facilidade e onde encontram propostas culturais atuais e interessantes, com capacidade para cativar e envolver toda a família em experiências diversas e marcantes.

Em 2022 o Cubo manteve ativa a sua Galeria Imersiva com as apresentações multimédia: Porto Legends – The Underground Experience, Impressive Monet & Brilliant Klimt, Frida Kahlo – A vida de um ícone e Misterioso Egípto.

Marcaram ainda presença as exposições Banksy – Genius or Vandal, Leonardo Da Vinci – O Génio e Terracota Army – Guerreiros de Xi'an.

Durante o mês de dezembro a Galeria Júlio Resende apresentou a exposição “Heroínas Checas”. Promovida pelo Consulado Honorário da República Checa no Porto e Norte, visou a divulgação da biografia de 24 mulheres checas que se tornaram notáveis em diversas áreas como a literatura, a política ou o desporto.

Responsabilidade social

A responsabilidade social da AMTC, como já referido, tem-se concretizado através da renovação do Edifício, da sua animação, da partilha da sua história com públicos diversificados procurando manter viva a importância da instituição aduaneira na cidade, na região e no país. Para estes fins tem sido crucial a ação cultural do Museu dentro e fora de portas onde proporciona momentos de contacto e de fruição cultural junto de públicos específicos, com os quais procura estabelecer uma relação de proximidade que possa potenciar futuras visitas ao Museu.

Neste contexto, o Museu deu continuidade ao projeto “**Hora do Museu**” nas **Pediatrias** hospitalares do IPO e CMIN – Centro Materno Infantil do Norte onde, mensalmente, foram partilhadas histórias, curiosidades, objetos associados ao Museu com crianças, familiares que acompanham as crianças no internamento/consultas, técnicos de saúde e educação e voluntários. A leitura das histórias foi gravada em vídeos acessíveis às equipas educativas e às famílias através do Youtube e Facebook do Museu. Este projeto alcançou em 2023 um total de 344 pessoas.

Ainda na dinâmica “**Museu fora de portas**” o Serviço Educativo do Museu deslocou-se à Escola EB 2.3, em Vila do Conde, onde dinamizou, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, uma apresentação



sobre a Alfândega e o Museu recorrendo a diversos objetos alusivos: miniaturas automóveis, balança, carimbos, crachás,...

A responsabilidade social da AMTC refletiu-se noutros campos de atuação como na **Biblioteca do Museu da Alfândega** (continuidade de catalogação e organização), nas exposições permanentes, nas mostras temporárias, nas atividades regulares de animação, nos projetos de colaboração com a comunidade os quais foram alvo de divulgação através de diversos meios ao dispor do Museu.

Mediação cultural

Ao longo do ano o Museu acolheu e acompanhou uma grande diversidade de grupos em visitas às exposições, ao Edifício da Alfândega ou à comunidade envolvente através da participação no Peddypaper em Miragaia. Deste modo, voltamos a constatar que as visitas em grupo, principalmente as visitas escolares, continuam a representar os públicos mais assíduos do Museu.

Ao longo do ano realizaram-se visitas específicas como a propósito do Dia Nacional dos Centros Históricos com animação a cargo do Zé do Saco – O Contrabandista.



Na segunda quinzena de julho o Museu acolheu a 16ª edição da Universidade Júnior, a primeira dinamizada pela Universidade do Porto após a pandemia. No programa “Alfândega à vista? Segue a pista!”, especialmente preparado para esta parceria e que inclui um Peddypaper em Miragaia, visitas ao Edifício e atividades práticas, participaram 120 elementos dos 5º e 6º anos de escolaridade.

Uma significativa parte dos grupos complementaram a sua visita com Oficinas Diversas alusivas aos conteúdos das exposições. As oficinas “República Mola a Mola” e “Os rostos dos Presidentes”



junto com o jogo do galo, o jogo da memória, a bandeira de Portugal para colorir e a sopa de letras foram desenvolvidas no contexto da exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes”. A Caça ao Tesouro na exposição e a oficina “Despachar depressa e bem não há quem!” tornaram a visita à exposição “Metamorfose de um Lugar: Museu das Alfândegas” mais dinâmica para os grupos dos 6 aos 12 anos. A Caça ao Tesouro no Edifício da Alfândega, os jogos tradicionais, puzzles para montar e a exploração de plantas da cidade do Porto permitiram desenvolver competências pessoais e de grupo durante a Visita Interpretativa ao Edifício da Alfândega.

A oficina de expressão plástica “Olhar com(o) Júlio” alargou as possibilidades de reinterpretação do Painel Ribeira Negra pelos grupos de visitantes de todas as idades e condições físicas e psicológicas.





Nas férias de Natal o Serviço Educativo acolheu um grupo do Centro de Estudos “Todos Prá Mesa” e, a partir da leitura de um Conto de Natal, elaboraram uma história de Natal que ganhou forma, cor e textura num Livro de Pano produzido por todos.



Divulgação

Através dos meios habitualmente ao dispor como o site institucional, o Facebook, o Youtube e Instagram, mas também através de outros meios de comunicação como a plataforma PportodeMuseus, Revista ZEUS nº 3 com a publicação de um artigo alusivo à experiência do Museu na perspetiva da sua função educativa, o Museu conseguiu manter a comunicação com o exterior. Não deixamos de continuar a utilizar os painéis Led instalados nas fachadas nascente e poente da Alfândega e que continuam a dar um precioso contributo na divulgação da programação para o exterior.

O ano de 2022 ficou igualmente marcado pela construção de um novo site que visou capacitar o mesmo com as características

necessárias ao fácil acesso através de diferentes meios (computador, *tablet*, telemóvel) e com a possibilidade de tradução para várias línguas.

No dia 22 de setembro o Museu participou no Digital IACM Meeting – reunião à distância dos museus membros da Associação Internacional de Museus Aduaneiros que assim puderam retomar o contacto e partilhar os problemas, os desafios e as atividades desenvolvidas durante os últimos anos claramente marcados pela pandemia.

Públicos do Museu em 2022

Em 2022 registamos 16.246 bilhetes vendidos o que se traduziu num total acumulado de 17.526 visitantes já que existem bilhetes “combinados” que dão acesso a mais do que uma exposição. O total de visitantes acumulado desdobra-se em 14.554 bilhetes vendidos dentro de portas e 2.972 participantes em atividades fora de portas que englobaram a apresentação do Museu em contexto escolar, a “Hora do Museu” nas Pediatrias Hospitalares e a estadia da exposição itinerante em várias instituições do Porto e Matosinhos.

Este significativo aumento de visitantes, na ordem dos 151% em relação ao ano de 2021 (durante o qual o Museu esteve encerrado ao público entre janeiro e junho), deveu-se à abertura do Museu a tempo integral, ao aumento do número de visitas em grupo bem como à apresentação da exposição itinerante “Alfândega do Porto: Museu fora de portas”. As visitas em grupo representaram cerca de 43% do total de visitantes.

Como os bilhetes adquiridos podem incluir uma ou mais exposições, nomeadamente os bilhetes de grupo em que a visita integra duas exposições/atividades, de modo a corresponder a várias áreas curriculares, é pertinente apresentar a contagem das entradas em cada exposição:

Público por exposição	2017	2018	2019	2020	2021	2022
O motor da República	7161	9476	7601	2523	1873	7455
Metamorfose de um Lugar	5392	5908	4558	2684	1035	4952
Edifício da Alfândega	1769	1074	4625	739	256	1503
A Arte do Falso	–	–	–	4497	3401	–
Total	14322	16458	16784	10443	6565	13910

Em relação à performance das entradas no Museu ao longo dos doze meses do ano, constatamos no gráfico abaixo que o ritmo das visitas foi acompanhando o decorrer do ano letivo registando um ligeiro aumento nos meses de verão devido ao fluxo de turistas. No final do ano os meses de novembro e dezembro registaram um notório aumento devido às apresentações do Museu em contexto escolar e à itinerância da exposição “Alfândega do Porto: Museu fora de portas” por diversas instituições do Porto e Matosinhos.

Evolução nº visitas em 2022



Em relação aos turistas estrangeiros que representam cerca de 12% da totalidade de visitantes, os países mais registados foram a França, a Inglaterra, a Espanha, a Alemanha, o Brasil e os Estados Unidos da América. Registaram-se ainda proveniências tão variadas como o Luxemburgo, Irlanda, Roménia, Eslováquia, Polónia, Itália, Canadá, Ucrânia, Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria, Nova Zelândia, Austrália, entre outros.

Temos ainda a registar um total de 8.065 visitas gratuitas, nomeadamente as visitas livres à Biblioteca e Museu da Alfândega, os participantes nas atividades comemorativas como o Dia Nacional dos Centros Históricos, Noite Europeia dos Museus, Dia Internacional dos Museus, Jornadas Europeias do Património e ainda os participantes na Hora do Museu nas Pediatrias Hospitalares, nas apresentações do Museu em contexto escolar e na itinerância da exposição “Alfândega do Porto: Museu fora de Portas”.

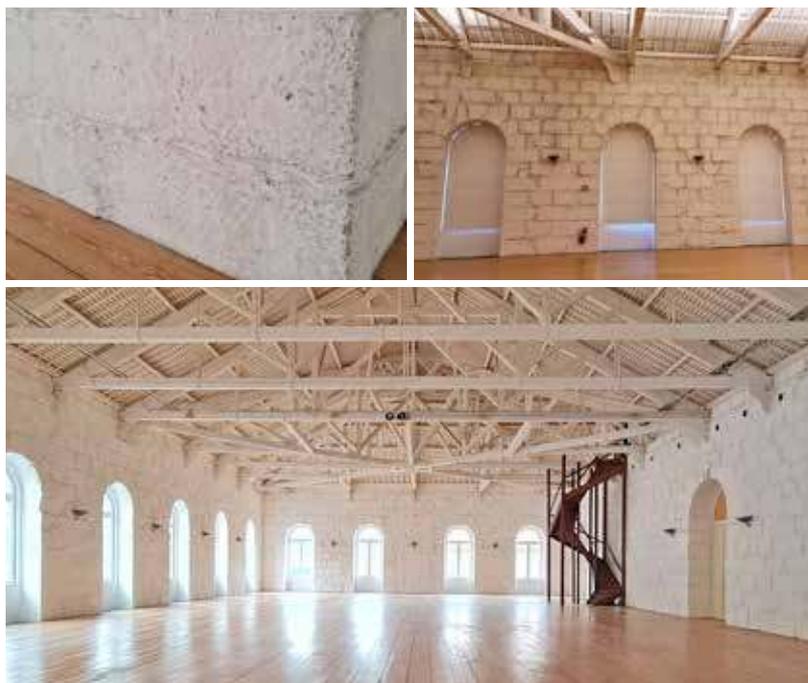
Estas visitas constituem mais uma forma do Museu cumprir a sua responsabilidade social no que diz respeito à preservação e comunicação da história aduaneira com a comunidade envolvendo-a num projeto de construção coletiva, um projeto que possa incorporar os contributos de todos aqueles que desejem fazer parte deste desígnio de manter viva a memória futura da Alfândega Nova do Porto.



Infraestruturas

Durante o ano de 2022 as ações de manutenção e ações corretivas mais revelantes no Edifício da Alfândega, foram as seguintes:

- + Pintura das paredes da Sala do Arquivo



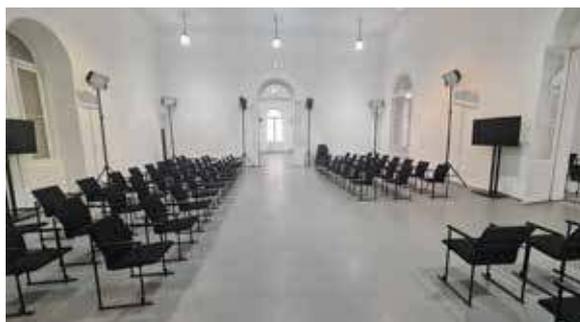
+ Pintura da parede sul da exposição da Metamorfose



+ Pintura do pavimento Epoxy das cozinhas da Sala do Arquivo



+ Pintura das Ribeiras



+ Trabalhos de limpeza e lavagem nos pavimentos do Edifício



- + Substituição dos móveis dos sanitários junto aos escritórios



- + Substituição dos pedais dos sanitários do Corpo Central



- + Substituição da sinalética de emergência do Centro de Congressos



- + Abertura de vala para passagem de cabo de alimentação para as Oficinas e reparação do lajeado entre o Edifício da Alfândega e as Oficinas



- + Pintura das paredes exteriores do Edifício das Oficinas



- + Colocação de dispositivos acústicos de emergência nos sanitários de pessoas com mobilidade reduzida do Corpo Central



- + Reparação das caixas de pavimento dos pisos 0 Poente e Nascente



- + Poda dos arbustos existentes na parede de suporte no topo do parque



- + Manutenção aos quadros elétricos



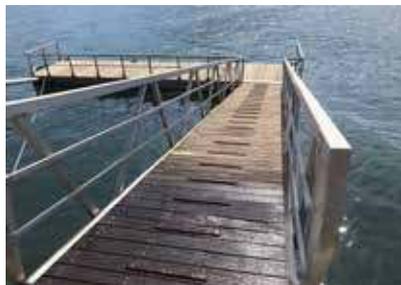
- + Sala 36, colocação de alcatifa no pavimento para utilização em eventos



- + Substituição da alcatifa no palco praticável



- + Limpeza e tratamento da plataforma de embarque



- + Certificação energética do Edifício, onde estão incluídas medidas de melhoria nomeadamente ao nível dos sistemas de climatização existentes



- + Pinturas e reparações de várias paredes do Edifício



Qualidade

Unir-se é um bom começo, manter a união é um progresso, e trabalhar em conjunto é a vitória.

Henry Ford

A **participação, união e comprometimento das pessoas** são fatores essenciais para melhorar a capacidade de criação de valor. Os resultados consistentes surgem quando a atividade é compreendida e gerida como processos inter-relacionados de um sistema global.

A premissa “Planear, Executar, Verificar e Agir”, o conhecido ciclo de gestão *PDCA (Plan, Do, Check, Act)*, visa identificar eventuais oportunidades de melhoria contínua, permitindo mudanças positivas assente nos pilares da sustentabilidade.

Nesse sentido, em janeiro de 2022, foi efetuada a última renovação do selo COVID Safe, atribuído pela APCER. Por questões comerciais, e por já não ser considerado estratégico para a atividade, a sua validade terminou no mês de junho. Do mesmo modo, deixou de ser divulgado o selo *Clean & Safe* do Turismo de Portugal. A inexistência destas certificações não implica nenhuma alteração no rigor ou preocupação com a saúde e segurança de quem nos visita.

Também em 2022, a AMTC associou-se a um conjunto de entidades que assumem o **Compromisso de Pagamento Pontual** a fornecedores, contribuindo ativamente para este movimento. Pretendemos

com esta medida promover a nossa Responsabilidade Social, resolvendo prontamente os compromissos financeiros assumidos.

No final do ano, o índice de satisfação dos clientes do Centro de Congressos foi de 86,4%, de 91,9% para os visitantes do Museu e 93% para os utilizadores da Biblioteca. Com o auxílio destes indicadores de desempenho, é possível a tomada de decisões baseada em evidências, de forma célere e fundamentada, contribuindo para a evolução dos processos e conseqüentemente dos resultados.



Recursos Financeiros

Situação económica e financeira

O Banco de Portugal projetou um crescimento da economia portuguesa de 1,5% em 2023, após 6,8% em 2022, expandindo-se a um ritmo próximo de 2% em 2024 e 2025. A incerteza em torno das projeções é elevada, justificada pela possibilidade de repercussões mais adversas do conflito na Ucrânia e eventuais pressões inflacionistas. Prevê-se que estes fatores continuarão a limitar o crescimento da atividade até meados de 2023.

De acordo com o boletim económico de dezembro de 2022 publicado pelo Banco de Portugal, a atividade desacelerou ao longo do ano, após ter recuperado da crise pandémica.

Dada a conjuntura, a AMTC conseguiu no ano de 2022 inverter as tendências e recuperar os impactos negativos causados nos últimos dois anos pela pandemia. Atingiu-se um resultado líquido positivo, um dos melhores desde sempre.

Foi um ano dedicado à retoma da atividade. O princípio base da prudência manteve-se na gestão criteriosa dos recursos. Nesse sentido, nem todos os investimentos previstos foram realizados.

Neste Relatório e Contas, vamos analisar as rubricas de maior importância e as que apresentam divergências mais significativas face ao orçamento aprovado para 2022 e à execução do ano anterior.

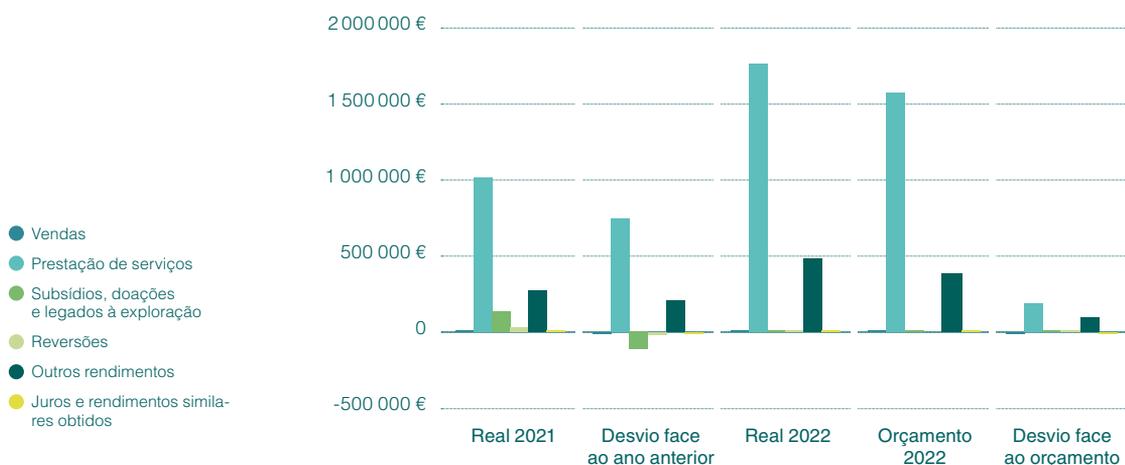
Os **rendimentos** obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 2.239.059 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a um desvio positivo de 14% face ao Orçamento.

O gráfico seguinte demonstra esta situação com maior detalhe:

Rendimentos	Real 2021*	Desvio face ao ano anterior*	Real 2022*	Orçamento 2022*	Desvio face ao Orçamento*
Vendas	1 534	-451	1 083	1 500	-417
Prestação de serviços	1 010 855	737 616	1 748 471	1 560 600	187 871
Subsídios, doações e legados à exploração	127 918	-120 205	7 713	7 600	113
Reversões	27 819	-20 358	7 461	0	7 461
Outros rendimentos	267 476	206 747	474 223	380 100	94 123
Juros e rendimentos similares obtidos	212	-104	108	200	-92
Total	1 435 814	803 245	2 239 059	1 950 000	289 059

* valores em euros

Rendimentos



Relativamente ao exercício anterior, registámos um aumento nos rendimentos de 803.245 euros. Face ao orçamento de 2022, houve um aumento de 289.059 euros. Os principais desvios ocorreram nas prestações de serviços, que aumentaram 737.616 euros face a 2021 e ficaram 187.871 euros acima do orçamento. Ainda assim, a prestação de serviços com um montante de 1.748.471 euros

representa 78% do total de rendimentos da AMTC, com principal destaque para as cedências de espaços.

O valor de subsídios à exploração corresponde à retribuição da Segurança Social referente ao apoio excecional à família covid-19, à compensação do aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida do IAPMEI, e ainda, o subsídio da Exposição Itinerante no âmbito da candidatura ao Programa ProMuseus.

Algumas rubricas registaram uma diminuição face ao ano anterior. Com menor impacto a rubrica de vendas e de juros e rendimentos similares, justificado pelo decrescimento da variedade do *stock* de produtos disponível em loja e pelas reduzidas taxas de juro dos depósitos. Com maior expressão, a rubrica de subsídios à exploração e de reversões, uma vez que no ano de 2021 existiram diversos apoios, nomeadamente o *layoff*, e em 2022 não existiam dívidas relevantes para reversão.

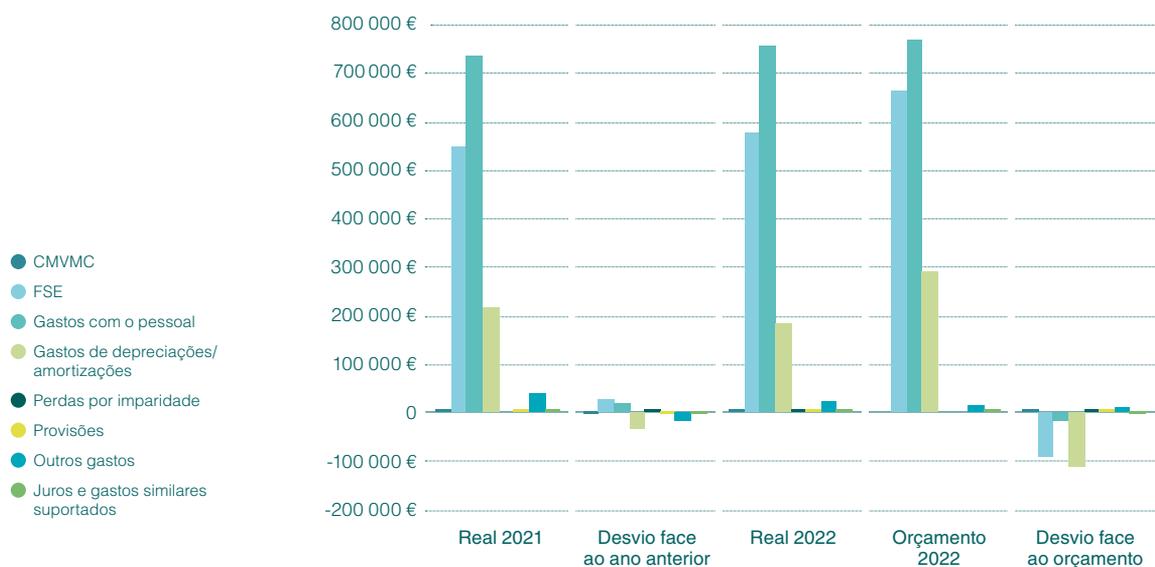
Em 2022, o **total de gastos** fixou-se em 1.538.707 euros mas em 2021 este valor foi de 1.533.224 euros, registando-se assim um ligeiro aumento de 5.483 euros. Se compararmos o total dos gastos com o previsto no orçamento para 2022, verificámos que o valor realizado também ficou abaixo em 196.293 euros do previsto.

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado, todos os valores constantes no quadro abaixo:

Gastos	Real 2021*	Desvio face ao ano anterior*	Real 2022*	Orçamento 2022*	Desvio face ao Orçamento*
CMVMC	418	-221	197	0	197
FSE	547 115	26 982	574 097	663 300	-89 203
Gastos com o pessoal	731 903	19 613	751 516	765 000	-13 484
Gastos de depreciações/ amortizações	214 456	-29 879	184 577	292 500	-107 923
Perdas por reduções de justo valor	0	4 627	4 627	0	4 627
Perdas por imparidade	834	-595	239	0	239
Outros gastos	38 275	-14 867	23 408	14 100	9 308
Juros e gastos similares suportados	223	-177	46	100	-54
Total	1 533 224	5 483	1 538 707	1 735 000	-196 293

* valores em euros

Gastos



A rubrica que com maior impacto é a de gastos com o pessoal, com um peso de 49% no total de gastos. Logo de seguida, a rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE), com 37%.

Os gastos de depreciações e amortizações com um valor de 184.577 euros, apresentam uma diminuição face a 2021 de 29.879 euros. Em 2022, apenas foram adquiridos pequenos equipamentos, não sendo possível realizar todos os investimentos previstos no orçamento, daí o desvio de 107.923 euros. Outros investimentos ainda se encontravam em curso aquando do encerramento do exercício, e por isso mesmo, só serão depreciados a partir do momento que estiverem concluídos.

Os outros gastos apresentam uma diminuição de 39% face a 2021 justificado essencialmente pelo acerto do IVA Pró-Rata nesse ano.

Face aos elementos anteriores, constata-se que em 2022 o **resultado líquido do período foi positivo no valor de 700.351,63 euros** enquanto que no ano de 2021 havia sido negativo em 97.409,54 euros.

Situação Patrimonial

O total do Ativo em 31 de dezembro de 2022 fixou-se em 4.426.034 euros conforme vem espelhado no balanço. Por sua vez, em 2021 este registava o valor de 3.742.900 euros.

Ao nível dos ativos não correntes, verificou-se uma diminuição resultante das depreciações correntes dos investimentos efetuados e do baixo investimento realizado no ano. Nos ativos correntes, registámos consideráveis oscilações entre as rubricas. Em caixa e depósitos bancários verificou-se uma oscilação positiva de 687.026 euros e na conta de clientes onde temos uma variação negativa de 123.470 euros. Estes dois desvios resultam fundamentalmente da faturação e recebimento de verbas relativas a eventos. A 31 de dezembro de 2022 estavam pendentes de pagamento 190.491 euros referentes a eventos futuros.

Outra variação também significativa, ocorre ao nível da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, isto porque em 2022 o volume de faturação foi superior e por isso mesmo, o apuramento do IVA de final de ano originou um valor de imposto a pagar de 93.712 euros.

À data de 31 de dezembro de 2022, a AMTC não tinha dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

No Passivo, registou-se uma diminuição na rubrica de fornecedores correntes de 5.881 euros.

No final do ano os Fundos Patrimoniais ascenderam a 3.809.660 euros.

Constatámos ainda que o financiamento externo sofreu uma diminuição, tendo a AMTC conseguido solver as suas responsabilidades, promovendo até ao momento uma política de diminuição do recurso a capital alheio.

Como principais indicadores da empresa, destacamos os seguintes:

- + Autonomia Financeira = 0,86
- + Solvabilidade Total = 6,23
- + Liquidez Geral = 5,80
- + Endividamento = 0,20

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente mas sim com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a consequente capacidade no cumprimento dos seus compromissos não correntes. Dado que atingimos um rácio de 86%, evidenciamos claramente um

peso mínimo dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e baixos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos).

Por sua vez a solvabilidade total de 6,23% indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, solvermos os nossos compromissos sem recurso a capitais alheios, o que garante a nossa sustentabilidade e continuidade.

A nossa liquidez geral, com um rácio de 5,80% evidencia um equilíbrio financeiro que analisado em conjunto com o rácio do endividamento nos indica a capacidade de, com os nossos meios próprios enfrentarmos o futuro ficando assim menos vulneráveis e expostos ao exterior.

Os indicadores de estrutura financeira, endividamento e liquidez foram consolidados em 2022, apresentando uma evolução positiva face ao ano transato. Apesar do aumento da receita, a AMTC manteve uma política criteriosa na gestão dos recursos, de modo a cumprir o orçamento de 2022.

As ações desenvolvidas, os investimentos realizados e as medidas implementadas foram no sentido de adequar a atividade da AMTC, preparar a retoma e assegurar a continuidade das operações para os próximos exercícios, mediante a informação disponível à data.

Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2022 foi positivo em 700.351,63 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, se propõe aos Senhores Associados a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

Contas

D. Pinheiro

lg
f
R
M

Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2022	2
Demonstração dos resultados	3
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
1. Introdução	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais políticas contabilísticas	8
4. Ativos Fixos Tangíveis	18
5. Ativos Intangíveis	20
6. Investimentos financeiros	20
7. Inventários	20
8. Créditos a receber	21
9. Estado e outros entes públicos	22
10. Outros ativos correntes	23
11. Diferimentos	24
12. Caixa e depósitos bancários	24
13. Fundos Patrimoniais	25
13.1. Reservas – Doações	25
13.2. Resultados Transitados	25
13.3. Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	25
14. Financiamentos obtidos	26
15. Outros passivos correntes	26
16. Fornecedores	27
17. Vendas e Prestação de serviços	27
18. Fornecimentos e serviços externos	28
19. Gastos com pessoal	29
20. Aumentos/Reduções por justo valor	29
21. Outros rendimentos	29
22. Outros gastos	30
23. Gastos e rendimentos financeiros	31
24. Imposto do exercício	31
25. Partes relacionadas	33
26. Eventos subsequentes	34

Sofia Cavaco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31 Dezembro 2022	31 Dezembro 2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	863.686	1.030.908
Ativos intangíveis	5	9.427	10.605
Investimentos financeiros	3.3 e 6	4.321	3.900
		877.434	1.045.413
Ativo corrente			
Inventários	3.4 e 7	-	-
Créditos a receber	3.5 e 8	418.779	295.309
Estado e outros entes públicos	9	145.934	145.934
Outros ativos correntes	3.5 e 10	49.670	8.668
Diferimentos	11	20.695	21.080
Caixa e depósitos bancários	3.6 e 12	2.913.522	2.226.496
		3.548.600	2.697.487
Total do ativo		4.426.034	3.742.900
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Reservas - doações	3.2 e 13.1	338.283	338.148
Resultados transitados	13.2	2.771.025	2.868.435
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3.11 e 13.3	-	39.970
		3.109.308	3.246.553
Resultado líquido do período		700.352	(97.410)
Total dos fundos patrimoniais		3.809.660	3.149.143
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	-	-
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	16	28.228	34.109
Estado e outros entes públicos	9	114.963	48.277
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	-	8.404
Outros passivos correntes	15	139.716	144.315
Diferimentos	11	333.467	358.652
		616.374	593.756
Total do passivo		616.374	593.756
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.426.034	3.742.900

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

Henrique
Francisco Di
Christiano
António

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	1.749.554	1.012.389
Subsídios, doações e legados à exploração	3.11	7.713	127.918
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(197)	(418)
Fornecimentos e serviços externos	18	(574.097)	(547.115)
Gastos com o pessoal	19	(751.516)	(731.903)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.15.3 e 8	2.834	27.819
Aumentos/ reduções de justo valor	20	(239)	(834)
Outros rendimentos	21	474.223	267.476
Outros gastos	22	(23.408)	(38.275)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		884.867	117.058
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4	(184.577)	(214.456)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		700.290	(97.398)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	108	212
Juros e gastos similares suportados	23	(46)	(223)
Resultados antes de impostos		700.352	(97.410)
Imposto sobre o rendimento do período	3.9 e 24	-	-
Resultado líquido do período		700.352	(97.410)

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

Alfonso
J. P. Mendes
Indústria
Justiça Social

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Unidade Monetária: euros

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos associados				Total dos Fundos Patrimoniais
	Reservas – Doações e Mecenate	Resultados transitados	Ajust./Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
A 1 de Janeiro de 2021	323.184	3.729.838	97.906	(861.403)	3.289.525
Alterações no período					
Subsídios ao investimento recebidos	-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsidio ao investimento	-	-	(57.936)	-	(57.936)
Aumentos	14.964	-	-	-	14.964
Aplicação de resultados	-	(861.403)	-	861.403	-
	14.964	(861.403)	(57.936)	861.403	(42.972)
Resultado líquido do período	-	-	-	(97.410)	(97.410)
Resultado integral	-	-	-	(97.410)	(97.410)
A 31 de Dezembro de 2021	338.148	2.868.435	39.970	(97.410)	3.149.143
A 1 de Janeiro de 2022	338.148	2.868.435	39.970	(97.410)	3.149.143
Alterações no período					
Subsídios ao investimento recebidos	-	-	-	-	-
Reconhecimento do subsidio ao investimento	-	-	(39.970)	-	(39.970)
Aumentos	135	-	-	-	135
Aplicação de resultados	-	(97.410)	-	97.410	-
	135	(97.410)	(39.970)	97.410	(39.835)
Resultado líquido do período	-	-	-	700.352	700.352
Resultado integral	-	-	-	700.352	700.352
A 31 de Dezembro de 2022	338.283	2.771.025	-	700.352	3.809.660

A Contabilista Certificada,

Sopz Cavadas

O Conselho de Administração,

Alencar
Luís Carlos de
André
Luís Carlos de

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	3.5 e 8	1.627.153	1.109.286
Pagamentos a fornecedores	16	569.624	461.825
Pagamentos ao pessoal	19	751.516	731.903
Caixa gerada pelas operações		306.013	(84.442)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	9	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	12	403.360	93.098
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		709.373	8.656
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 3.15.2 e 4	13.971	143.557
Ativos intangíveis	3.15.2	-	3.180
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	212
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	-	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	-
Juros, dividendos e outros rendimentos	23	108	212
Subsídios ao investimento	21	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(13.863)	(146.737)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	-	-
Outras operações de financiamento	3.6 e 12	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	8.438	9.792
Juros e gastos e similares	23	46	223
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(8.484)	(10.015)
Variação de caixa e seus equivalentes		687.026	(148.096)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6 e 12	2.226.496	2.366.347
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6 e 12	2.913.522	2.226.496

A Contabilista Certificado,

Sofe Cavadas

O Conselho de Administração,

[Assinaturas]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

G. Finanças
G
M
F
A

1. Introdução

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC) foi criada como uma instituição privada sem fins lucrativos, em 21 de fevereiro de 1992.

Em março de 1993 a AMTC foi declarada instituição de utilidade pública.

A 18 de outubro de 1999 foi assinado o Auto de Cessão do Edifício por parte do Ministério das Finanças à Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, pelo período de vinte e cinco anos a contar da data de assinatura do auto e renovar-se-á por sucessivos e iguais períodos de dez anos se qualquer uma das outorgantes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com antecedência não inferior a três anos relativamente ao termos do prazo ou sua renovação. Expirado este prazo, o Auto de Cessão renovou-se automaticamente por mais 10 anos com efeitos a partir de 18 de outubro de 2024, nos termos da cláusula 9ª do Auto de Cessão.

Em 14 de dezembro de 2000 foi inaugurado oficialmente o Museu dos Transportes e Comunicações.

A Associação tem como fim:

- a) a criação e manutenção de um Museu de Transportes e Comunicações, composto por coleções ou peças próprias ou que lhe sejam confiadas em depósito;
- b) a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico, relacionadas com os transportes e comunicações;
- c) a criação e manutenção de um centro de documentação sobre transportes e comunicações;
- d) o desenvolvimento por todas as formas do interesse do público quanto à problemática dos transportes e das comunicações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 10 de março de 2023.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AMTC, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sofia Caradas

J. Financeira
[Handwritten signature]

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do SNC em vigor em Portugal, nomeadamente, a norma NCRF para as entidades do sector não lucrativo, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Desta forma, a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho e a Portaria 218/2015 de 23 de julho, aprovaram os modelos de demonstrações financeiras e o código de contas específico para as ESNL, respetivamente.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não se verificaram alterações de procedimentos das políticas contabilísticas pelo que as Demonstrações Financeiras são no seu todo comparável às do exercício anterior.

Sofia Cavadas

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a AMTC continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Concetual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

M

G.F.
D
G. Invernice

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da AMTC, as políticas contábilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contábilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Conforme vem espelhado na nota 4 deste anexo, procedeu-se ao abate de inúmeros bens sem utilidade e cuja vida útil encontrava-se já expirada, não tendo qualquer impacto nas contas.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Vidas úteis</u>
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	1 a 10 anos
Outras Ativos Fixos Tangíveis	1 a 10 anos

Suz Cavadas

Refira-se que todos os itens do ativo fixo tangível associados ao Edifício e sua recuperação encontram-se a ser depreciados de acordo com o período remanescente consagrado no Auto de Cessão do Edifício celebrado com o Ministério das Finanças em 18 de outubro de 1999, com um período de vigência de 25 anos, e que se renovou automaticamente por mais 10 anos, ou seja, até 18 de outubro de 2034.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

3.2. Doações recebidas

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

Para que seja possível a contabilidade espelhar de um modo verdadeiro e apropriado a natureza destes bens, esta rubrica encontra-se desagregada em: "Reservas de doação – Espólio", "Reservas de doação – Títulos", "Reservas de doação – Outros" e "Reservas de mecenato".

No encerramento das contas de 2022, a AMTC apresenta os seguintes valores:

	2022	2021
Reservas	338.283	338.148
Reservas de doação:		
Reservas de doação – Espólio	321.520	321.385
Reservas de doação – Títulos	9.590	9.590
Reservas de doação – Outros	2.173	2.173
Reservas de Mecenato:	5.000	5.000

Sofia Cavada

M
GA
J. Financeira

3.3. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A AMTC avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitante a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a AMTC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição. Os inventários referem-se, essencialmente, a artigos de *merchandising* alusivos ao Edifício da Alfândega Nova do Porto, ao Museu dos Transportes e Comunicações e ao Centro de Congressos da autoria da *designer* Eugénia da Silva Cunha.

Desde a sua abertura que se tem verificado um baixo volume de vendas, no entanto, em 2021 com a renovação da Loja *on-line* e redução generalizada de preços foi possível inverter esta tendência. Em 2022, verificou-se uma ligeira descida das vendas face ao ano anterior, também justificada pela diminuição da variedade dos artigos à medida que os mesmos são comercializados.

Por uma questão de prudência contabilística, tal como vem prevista na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, registou-se no ano de 2011 uma imparidade pelo valor da totalidade do inventário. A mesma poderá ser revertida no futuro caso o Conselho de Administração considere que os fundamentos e pressupostos da mesma se tenham alterado.

Em agosto de 2010, um Contrato de Depósito e Compra e Venda à Consignação com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP através do qual, passamos a comercializar no nosso espaço designado por "Loja" produtos relacionados com o "Vinho do Porto". Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República no âmbito do núcleo expositivo do Museu dos Transportes e Comunicações dedicado aos carros dos Presidentes da República, denominado "O Motor da República – Os carros dos Presidentes", onde se encontra à venda o catálogo da exposição no regime das vendas à consignação.

Para além destes produtos temos ainda catálogos, canetas, lápis, porta-chaves, suporte de lápis e outros artigos. Em novembro de 2022, no âmbito da Conferência "Turismo: a principal indústria mundial – congresso e cultura como fatores essenciais", promovida pelo Jornal de Notícias em parceria com a Alfândega do Porto, foi apresentado o Livro "Alfândega do Porto 1869-2019". Esta publicação, baseada em fontes impressas e manuscritas, apresenta a história da Alfândega, um dos mais icónicos edifícios da cidade do Porto, entretanto adaptado a Museu e Centro de Congressos, e que celebrou 150 anos de funcionamento ininterrupto em 2019.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.5. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurada ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

3.7. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Sofz Cavadas

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AMTC possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A AMTC encontra-se isenta de IRC e imposto do selo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a AMTC tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AMTC divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Sofia Cavadas

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Subsídios e apoios do Governo

A AMTC reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de fundos patrimoniais "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios, doações e legados à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a AMTC detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a AMTC não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a AMTC tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

Sofia Cavada

3.13. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da AMTC. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMTC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1. Provisões

A AMTC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sapz Cavada

G. Finanças
B
X
Q

3.15.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu em reservas de doação agrupou-se numa única conta de "Outros Ativos Fixos Tangíveis - Espólio" o valor que a AMTC tem vindo a contabilizar ao longo dos anos dentro desta natureza.

3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AMTC, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à AMTC.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.15.4. Especialização de gastos e rendimentos

A AMTC faz uma real estimativa dos encargos a suportar com férias, subsídio de férias e encargos relativos a 2022 e cuja regularização acontecerá no exercício subsequente.

Sof Cavado

4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2021

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos tangíveis em curso	Total
1 de Janeiro de 2021						
Custo de aquisição	13.729.133	54.655	517.997	3.134.783	136.568	17.573.136
Depreciações acumuladas	(13.219.990)	(45.407)	(505.857)	(2.715.485)	-	(16.486.739)
Valor líquido	509.143	9.248	12.140	419.298	136.568	1.086.397
31 de dezembro de 2021						
Adições	-	-	8.126	509	134.922	143.557
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	260.248	25.082	399.316	1.822.807	(231.505)	14.231
Depreciação - exercício	(106.419)	(9.248)	(7.997)	(89.613)	-	(213.277)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	(28.952)	(3.630)	(401.511)	(1.827.624)	-	-
Valor líquido	124.877	(9.248)	(2.066)	(93.921)	(96.583)	(55.489)
31 de dezembro de 2021						
Custo de aquisição	13.931.686	72.477	124.612	1.300.762	39.985	15.469.522
Depreciações acumuladas	(13.297.666)	(51.025)	(114.538)	(975.385)	-	(14.438.614)
Valor líquido	634.020	21.452	10.074	325.377	39.985	1.030.908

Sopz Cavados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

J. Almeida

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2022

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos tangíveis em curso	Total
1 de janeiro de 2022						
Custo de aquisição	13.931.686	72.477	124.612	1.300.762	39.985	15.469.522
Depreciações acumuladas	(13.297.666)	(51.025)	(114.538)	(975.385)	-	(14.438.614)
Valor líquido	634.020	21.452	10.074	325.377	39.985	1.030.908
31 de dezembro de 2022						
Adições	-	-	13.386	585	-	13.971
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	205	-	-	-	(205)	-
Depreciação - exercício	(93.912)	-	(14.031)	(75.456)	-	(183.399)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	10	-	2.196	-	-	2.206
Valor líquido	(93.697)	-	1.551	(74.871)	(205)	(167.222)
31 de dezembro de 2022						
Custo de aquisição	13.931.891	72.477	137.998	1.301.347	39.780	15.483.493
Depreciações acumuladas	(13.391.568)	(51.025)	(126.373)	(1.050.841)	-	(14.619.807)
Valor líquido	540.323	21.452	11.625	250.506	39.780	863.686

Sof. Cavadas

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Nesta rubrica encontram-se registados os seguintes bens adquiridos em regime de locação financeira:

	2022		2021	
	Valor bruto	Am Acum	Valor bruto	Am Acum
Equipamento de Transporte	36.990	36.990	36.990	36.990
	36.990	36.990	36.990	36.990

O contrato de locação financeira anteriormente em vigor, terminou em novembro de 2022.

5. Ativos Intangíveis

A base de dados do Centro de Congressos é o ativo intangível que está atualmente a ser depreciado. Assim sendo, a 31 de dezembro a conta apresentava os seguintes valores:

	2022	2021
Ativos intangíveis		
Custo de Aquisição	11.783	11.783
Amortizações Acumuladas	(2.357)	(1.178)
	9.426	10.605

6. Investimentos financeiros

Estes ativos são constituídos por valores mobiliários que representam direitos sobre ativos reais, isto é, rubrica destinada à apresentação das quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e com caráter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente.

A 31 de dezembro de 2022, a AMTC reconhece nesta rubrica o valor de 4.321 euros referentes à subscrição de 100 títulos de capital do Crédito Agrícola no valor de 500 euros. O restante valor no montante de 3.821 euros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

7. Inventários

Os inventários da AMTC, por critérios de prudência, têm o valor zero na sequência da imparidade feita em 2011 e são constituídos por material à venda na loja. Nos casos em que isso aconteça é feita a correspondente regularização do seu valor. Em 2017, houve um ajuste face às reais existências físicas, não se tendo registado quaisquer alterações desde então.

Assim, o detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está discriminado de acordo com a seguinte tabela:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mercadorias	17.862	17.862
Ajustamentos a inventários (imparidade)	<u>(17.862)</u>	<u>(17.862)</u>
Total inventários	<u>-</u>	<u>-</u>

8. Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a decomposição da rubrica de Créditos a receber, é como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Clientes	418.779	279.338
Clientes cobrança duvidosa	196.800	12.748
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(196.800)</u>	<u>(12.748)</u>
Total saldo Clientes - correntes	<u>418.779</u>	<u>279.338</u>

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da cedência de espaços e comissões devidas sobre serviços de *catering*, audiovisuais e outros prestados no âmbito da atividade normal do Centro de Congressos.

Em 2022, a AMTC não constituiu perdas por imparidade, por não reconhecer risco de cobrança nos montantes em dívida, sendo que na sua maioria são referentes a eventos futuros.

Sofia Cavadas

9. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos são os seguintes:

	2022		2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC – imposto corrente 2008 a 2010	145.934	-	145.934	-
IRC – imposto corrente 2011 a 2013	-	-	-	-
IRS - Retenção na fonte	-	6.972	-	8.413
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	93.712	-	26.281
Contribuições p/ seg. social e CGA	-	14.280	-	13.583
	145.934	114.964	145.934	48.277

Em fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 2º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2008/2010 no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam inoportáveis face à atual lei fiscal em vigor. Em agosto de 2016, a AMTC procedeu de igual modo ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 3º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2011/2013 no valor global de 16.486,92 euros.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado. No entanto, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, pedido de revisão que foi indeferido e deu lugar à apresentação de recurso hierárquico em 12 de julho de 2021. Do indeferimento deste recurso hierárquico, comunicado em novembro de 2022, será interposta a competente ação de impugnação judicial já em 2023.

O Conselho de Administração continua a entender que este pagamento em nada afeta a capacidade da AMTC de exigir o ressarcimento destes montantes, sendo sua convicção que estes valores lhe serão devolvidos.

Em 2020, foi proferida sentença favorável a 2 destes processos. No entanto, a Autoridade Tributária interpôs recurso nos prazos legais para o efeito.

Não existem dívidas em mora a 31 de dezembro de 2022 ao Estado nem à Segurança Social.

No final de 2022, apurou-se um índice de pró-rata definitivo de 98%. Em 2021 foi de 91%.

Sapereva

M
J. Almeida
G
A
R

10. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a decomposição da rubrica de Outros ativos correntes, é a seguinte:

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos						
- Subsídios a receber	-	-	-	-	-	-
- Outros	11.438	-	11.438	7.254	-	7.254
Outros devedores e credores						
- Outros devedores	36.800	-	36.800	629	-	629
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de fornecedores	1.432		1.432	785	-	785
Outros ativos correntes	49.670	-	49.670	8.668	-	8.668

Em 31 de dezembro de 2021, o valor apresentado em adiantamentos a fornecedores refere-se ao carregamento do contrato pré-ativo da conta da AMTC nos CTT- Correios de Portugal, SA. No final do exercício de 2022, para além do valor do contrato CTT, existia um valor pendente com um fornecedor, entretanto já regularizado em janeiro de 2023.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Sofia Cavado

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a AMTC tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Seguros	10.586	12.039
Outros serviços	10.109	9.041
Gastos a reconhecer	<u>20.695</u>	<u>21.080</u>
Faturação antecipada de cedências de espaços	333.367	358.652
Faturação antecipada de outros serviços	100	-
Rendimentos a reconhecer	<u>333.467</u>	<u>358.652</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não realizados, como é o caso dos seguros.

Os rendimentos a reconhecer resultam dos contratos negociados com os clientes no âmbito da atividade da AMTC, faturados no ano de 2022 mas cujos eventos apenas se realizarão nos exercícios seguintes. Quanto à faturação antecipada de outros serviços, é referente ao recebimento em 2022 de uma quota de associado individual do ano de 2023.

12. Caixa e depósitos bancários

12.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	1.724	1.156
Depósitos bancários	2.911.798	2.225.340
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.913.522</u>	<u>2.226.496</u>

Softe Caixa

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Numerário		
- Caixa	1.724	1.156
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1.791.798	955.340
- Depósitos a prazo	1.120.000	1.270.000
	<u>2.911.798</u>	<u>2.225.340</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>2.913.522</u>	<u>2.226.496</u>

Os outros recebimentos/pagamentos apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa referem-se essencialmente a recebimentos/pagamentos de impostos, nomeadamente, Iva, Segurança Social e Retenções na Fonte.

13. Fundos Patrimoniais

13.1. Reservas – Doações

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

13.2. Resultados Transitados

Resultam dos resultados obtidos nos anos anteriores.

13.3. Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais

A rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" resulta da contabilização dos subsídios ao investimento de acordo com o reconhecimento da vida útil esperada dos respetivos equipamentos.

SOPZ CAVAR

14. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final dos exercícios de 2022 e de 2021, é como se segue:

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	8.404	-	8.404
	-	-	-	8.404	-	8.404

Em novembro de 2022, terminou o contrato de locação financeira.

15. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes é como se segue:

	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acréscimos de custos						
Férias, sub.férias e enc.	112.248	-	112.248	104.143	-	104.143
Fornec. De investimento	-	-	-	-	-	-
Outros acréscimos	22.609	-	22.609	24.200	-	24.200
Adiantamento de clientes	4.859	-	4.859	15.972	-	15.972
Outros passivos correntes	139.716	-	139.716	144.315	-	144.315

Sofit Carvão

M
G
F
P
J. Pinheiro

16. Fornecedores

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores correntes	<u>28.228</u>	<u>34.109</u>
Fornecedores	<u>28.228</u>	<u>34.109</u>

O saldo de fornecedor mais significativo refere-se aos gastos de eletricidade do mês de dezembro.

17. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Vendas de Produtos		
Mercado interno	<u>1.083</u>	<u>1.534</u>
Sub-total	<u>1.083</u>	<u>1.534</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Cedências de espaços	1.718.222	1.000.793
Exploração bar	7.520	1.423
Bilhetes de entrada	19.229	5.139
Quotizações	<u>3.500</u>	<u>3.500</u>
Sub-total	<u>1.748.471</u>	<u>1.010.855</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>1.749.554</u>	<u>1.012.389</u>

Sofia Cavaleiro

18. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhos especializados	i)	62.023	111.411
Publicidade e propaganda	ii)	909	2.009
Vigilância e segurança		71.673	76.954
Honorários		79.358	69.010
Comissões	iii)	36.565	24.638
Conservação e reparação	iv)	84.579	79.637
Ferramentas e utensílios	v)	8.232	7.854
Material de escritório		3.814	2.933
Eletricidade		97.487	62.655
Combustível		5.431	4.830
Água		11.749	8.476
Deslocações e estadas		9.896	11
Rendas e alugueres		5.933	3.027
Comunicação		18.207	19.320
Seguros		9.276	9.975
Despesas de representação		3.624	2.289
Limpeza, higiene e conforto	vi)	60.482	56.989
Outros		4.859	5.097
Fornecimentos e serviços externos		<u>574.097</u>	<u>547.115</u>

i) **Trabalhos especializados:** representam os serviços prestados por terceiros indispensáveis ao normal funcionamento da AMTC, com destaque para despesas com a certificação energética do Edifício (7.650 euros) e com a Exposição Itinerante financiada pelo Programa ProMuseus (10.091 euros).

ii) A rubrica de **publicidade e propaganda** no ano de 2022 corresponde às publicações periódicas em revistas especializadas na área dos eventos.

iii) O valor a título de "**comissões**" pagas a empresas organizadoras de eventos apresenta um aumento face ao valor registado no ano anterior resultante da natureza da angariação dos eventos realizados.

iv) Os gastos com **conservação e reparação** são superiores a 2021, dadas as reparações indispensáveis e prioritárias no Edifício, que aumentam com o volume de atividade.

v) **Ferramentas e utensílios:** nesta rubrica estão presentes os gastos em lâmpadas e material para manutenção.

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** os gastos decorrentes com o contrato de prestação de serviços de limpeza são os que têm maior expressão nesta rubrica.

Sofia Cava

19. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, foram os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações Pessoal	602.978	603.587
Encargos sociais		
Segurança Social	124.950	111.326
CGA	11.319	11.219
Seg. Acidentes de trabalho	6.326	3.179
Outros gastos com pessoal	<u>5.943</u>	<u>2.592</u>
Gastos com o pessoal	<u>751.516</u>	<u>731.903</u>

O número médio de funcionários em 2022 foi de 26 (2021: 25).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas, membro do conselho fiscal, ascendeu a 5.500 euros.

20. Aumentos/Reduções por justo valor

Esta rubrica reflete a redução por justo valor referente ao Fundo de Compensação de Trabalho, fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão.

21. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos suplementares	30.979	25.163
Comissões recebidas	i) 387.702	183.715
Prémio de parceria	ii) -	-
Imputação de subsídios ao investimento	iii) 39.970	57.937
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	9.370	-
Sinistros	-	-
Alienações ativos fixos tangíveis	-	-
Outros	6.202	661
	<u>474.223</u>	<u>267.476</u>

Sofia

i) Rendimento obtido, na sua maioria, sobre os serviços de audiovisuais e *catering* angariados pelo Centro de Congressos.

ii) Rendimento recebido dos parceiros de *catering* como contrapartida de angariação de clientes. Em 2022, ainda por força da pandemia e estratégia comercial não foram faturados prémios de parceria.

iii) Rendimento reconhecido pela depreciação dos subsídios ao investimento não reembolsáveis reconhecidos nos Fundos Patrimoniais.

Subsídio ao investimento	2022	2021
Saldo inicial	-	-
Imputação de subsídios a resultados	39.970	57.937
Reembolso de subsídios	-	-
Saldo final	39.970	57.937

22. Outros gastos

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	2022	2021
Impostos	i) 8.667	15.560
Quotizações	12.115	12.493
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Outros	2.626	10.222
	23.408	38.275

i) Em 2022 houve uma diminuição dos impostos, uma vez que em 2021 foi paga a taxa de inspeção à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) no âmbito da auditoria de segurança contra incêndios em edifícios.

Sofz Cava

M
6
J. Pinheiro

23. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2022 e 2021 é como se segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gastos financeiros		
Juros pagos	46	223
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	108	212
	<u>62</u>	<u>(11)</u>

24. Imposto do exercício

A Administração Fiscal questionou a Associação relativamente à isenção ou não de IRC nas receitas provenientes do Centro de Congressos e da exploração do Bar. De forma a esclarecer esta questão o Conselho de Administração decidiu solicitar em janeiro de 2009, um esclarecimento ao Diretor Geral dos Impostos sobre a interpretação da concessão do benefício de IRC.

No dia 11 de fevereiro de 2009 deu início uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 16 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60º da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

No dia 07 de dezembro de 2009, é rececionado pelos serviços da AMTC o Relatório de Inspeção Tributária nos termos do artigo 77º da LGT e artigo 62º RCPIT) onde os serviços da Direção de Finanças do Porto decidem manter as correções técnicas propostas no projeto de relatório, tendo originado Notas de Liquidação de IRC, acrescido de juros compensatórios no valor global de 48.532 euros. Porém, no dia 22 de janeiro de 2010, a AMTC recebeu o despacho do Senhor Subdiretor-Geral datado de 26 de novembro de 2009, no qual é dito que "...os rendimentos prediais obtidos pela Associação com a cedência de espaços e respetivo mobiliário estão isentos de IRC".

Sofia Cava

No dia 08 de abril foi entregue na 2ª Repartição de Finanças do Porto a Reclamação Graciosa relativa ao processo de Execução Fiscal sobre liquidação de IRC dos exercícios 2005, 2006 e 2007 juntamente com uma garantia bancária emitida pelo BPI no montante de 59.963 euros.

Em novembro de 2010, procedeu-se à impugnação judicialmente.

No dia 07 de julho de 2011 deu início uma nova ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 23 de setembro de 2011, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, e à semelhança da 1ª inspeção, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60º da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

O Conselho de Administração entende que lhe assiste razão, tendo efetuado impugnação judicial desta notificação, se necessário, continuando a não considerar necessária a constituição de qualquer provisão para este efeito.

Referimos que no dia 06 de fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento dos montantes relativos ao 2º processo de Execução Fiscal no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor.

Por sua vez, no dia 25 de fevereiro de 2016 iniciou-se a 3ª ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 17 de maio de 2017, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

Há semelhança dos anos anteriores e apesar do Conselho de Administração entender que lhe assiste razão, pagou a nota de cobrança respetiva no valor 16.486,92 € e efetuou a impugnação judicial no dia 24 de novembro de 2016.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado. No entanto, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, pedido de revisão que foi indeferido e deu lugar à apresentação de recurso hierárquico

em 12 de julho de 2021. Do indeferimento deste recurso hierárquico, comunicado em novembro de 2022, será interposta a competente ação de impugnação judicial já em 2023.

Assim, e relativamente ao 1º processo com o nº 12/11.9BEPRT, referente às liquidações de IRC de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75, foi proferida a sentença em outubro de 2020 e que julgou a impugnação totalmente procedente, anulando as liquidações de IRC em causa. Porém, foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, que ainda não foi objeto de admissão formal e consequente envio para apreciação nessa sede. Por força do disposto no artigo 183º-B do C.P.P.T., foi cancelada a garantia bancária prestada pela AMTC para suspensão do processo de execução fiscal relativo a estas dívidas, no valor de € 59.963,00 emitida em 05.04.2010.

Relativamente ao 2º processo com o nº 778/12.9BEPRT, referente às liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e no valor de € 145.933,68, foi também proferida sentença, em agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente e anulando as liquidações de IRC em causa, da qual foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, para o qual foi remetido o processo em novembro de 2020;

No entanto, o Conselho de Administração entende que esta situação em nada afeta a recuperação futura destas verbas, tendo sido já feitas diligências nesse sentido.

A AMTC não registou qualquer valor relativo a imposto diferido ativo resultante dos prejuízos por considerar que se encontra isenta de IRC.

25. Partes relacionadas

A AMTC tem diferentes categorias de Associados: efetivos, institucionais, promotores e honorários, tal como vem previsto no artigo 4º dos seus Estatutos, os órgãos sociais desta Associação, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são nomeados pelos associados. Assim, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são considerados como partes relacionadas da AMTC.

A AMTC, nos exercícios de 2022 e 2021, teve transações (sem iva) e saldos com as seguintes entidades relacionadas:

Sofacor

Partes relacionadas:	NIF:	Transações		Saldos devedores a 31 de Dezembro	
		2022	2021	2022	2021
Confraria do Vinho do Porto	501 941 460	4.608	4.608	-	-
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	600 076 300	-	5.580	-	-
Douro Azul, Sociedade Marítimo- Turística, S.A.	503 416 436	14.732	14.732	5.000	2.460
Mysticinvest Holding, S.A	514 310 286	3.000	-	-	-
Autoridade Tributária e Aduaneira	600 084 779	7.282	6.590	710	503
The Fladgate Partnership Vinhos S.A.	503 818 127	900	900	-	-
Câmara Municipal do Porto	501 306 099	57.880	28.262	3.350	-

26. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Porto, 10 de março de 2023.

A Contabilista Certificada,

Stef Cavado

O Conselho de Administração,

Almeida
J. B. Almeida
André
and
Luís

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total 4.426.034 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.809.660 euros, incluindo um resultado líquido de 700.352 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Tal como descrito nas notas 9 e 24 do Anexo, no decurso do exercício de 2020, foram proferidas sentenças favoráveis à Entidade nos diferendos que a opõem à Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC dos exercícios de 2005 a 2010, no montante agregado de 194.466 euros. Apesar disso, a oponente interpôs recurso das decisões para o Tribunal Central Administrativo Norte, aguardando-se o resultado dessa iniciativa, o Conselho de Administração reforça a sua convicção no desfecho final favorável à Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

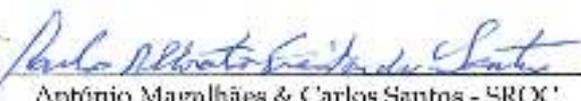
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de março de 2023


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. n.º.1314 - ROC Executor
Registo na CMVM n.º.20160924


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.177
Registo na CMVM n.º.20160037



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em conformidade com o preceituado na Lei e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram preparados e lhes foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração da “ASSOCIAÇÃO PARA O MUSEU DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES” (Associação).

Ao longo do exercício, acompanhámos a atividade da Associação, especialmente através da verificação dos registos contabilísticos, documentação de suporte e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Realizámos ainda testes e outros procedimentos relativamente aos bens e valores da Associação, mantendo o contacto com o Conselho de Administração e com os demais Serviços, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

O exercício de 2022 evidencia o regresso à dinâmica positiva que se vinha registando nos períodos que antecederam a pandemia, não só em termos de resultados, com que nos congratulamos e permitem a estabilidade e solidez financeira, mas também em termos de atividade operacional, que revela que a resiliência e tenacidade demonstrada pela equipa da Associação nesse período nefasto, se traduziu na manutenção da qualidade e multidisciplinaridade do Centro Económico-Cultural da Alfândega do Porto e continuou merecedora da confiança e preferência dos utilizadores e promotores do espaço.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações nos Fundos Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que a Associação utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria, sem reservas, mas com uma ênfase relacionada com um diferendo com a Autoridade Tributária, preparado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, os quais mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Associação pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, somos de Parecer:

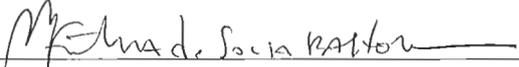
- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2022;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 15 de março de 2023

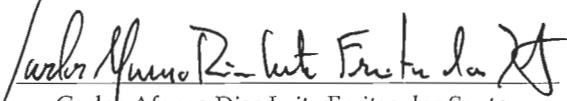
O CONSELHO FISCAL



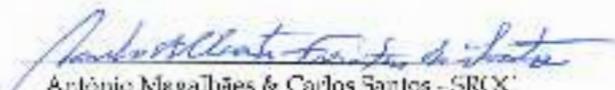
Albino Jorge da Sousa e Silva - Presidente



Maria de Fátima de Sousa Basto Vieira - Vogal
em representação da Universidade do Porto



Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. nº.1314 - ROC Executor
Registo na CMVM nº.20160924



António Magalhães & Carlos Santos - SRX
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177
Registo na CMVM nº.20160037



**Alfândega
do Porto**